

Pós-Graduação Brasileira pede Socorro

**Flávia Calé, Ex-Presidente da ANPG
(Associação Nacional de Pós-Graduandos)**

O pesquisador brasileiro está desamparado. Hoje, a pós-graduação brasileira - que contribui diretamente com 90% da pesquisa nacional - está há nove anos sem reajuste em suas bolsas. O estudante brasileiro que se dedica exclusivamente à pesquisa não tem meios para viver dignamente.

Para se ter uma ideia, o valor pago pela bolsa de mestrado (R\$ 1.500) e doutorado (R\$2.200) não é suficiente para a tarefa de formar novos cientistas. A inflação medida pelo IPCA acumula 63,47% de alta desde 2013 - data do último reajuste. Isso significa que, para voltarem a ter os mesmos valores do último reajuste, a bolsa de mestrado deveria ser de pelo menos R\$ 2.450,00 e a de doutorado deveria ser de R\$ 3.600,00. É importante reforçar que em toda a série histórica, o valor das bolsas nunca esteve tão baixo. Em 1995, a bolsa de mestrado tinha um valor que hoje corresponde a R\$ 4.287,00 e a de doutorado era de R\$ 6.353,00.

E as consequências da falta de reajuste já estão sendo sentidas pela ciência. De acordo com os Dados do Anuário Estatístico de 2021 da USP existe uma queda no número de titulações devido a trancamentos de matrículas e desistências na ordem de 27,6% entre 2018 e 2020. Ainda de acordo com o levantamento da entidade, no âmbito geral da pós-graduação, o auge no número de titulados no país se deu em 2019. Foram 15.940 mestres profissionais, 54.131 mestres acadêmicos e 24.422 doutores. Em 2020 houve uma redução geral desses números, que passaram a 13.979, 46.060 e 20.066, respectivamente.

Os números refletem o que nós da Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) estamos alertando há anos: que o valor da bolsa de pós-graduação faz com que muitos estudantes procurem o subemprego para sustentarem suas atividades ou simplesmente o abandonem as suas carreiras científicas. Além disso, a redução nas seleções de mestrado e doutorado nos programas também é sintoma da pouca atratividade da ciência para os jo-

vens.

No final de 2021 e começo deste ano, a ANPG iniciou mais uma intensa campanha para o reajuste. Elaboramos um abaixo-assinado com mais de 80.000 assinaturas expondo a situação periclitante dos pós-graduandos brasileiros. Fomos recebidos por algumas fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs) e debatemos intensamente o assunto.

As FAPs foram essenciais para suprir parte da lacuna deixada pelas agências federais, tanto no auxílio à pesquisa quanto na concessão de bolsas de mestrado e doutorado. Sete FAPs, preocupadas com a defasagem no valor das bolsas, anunciaram reajustes de aproximadamente 25%. Outras oito FAPs estão avaliando a possibilidade de reajustar o valor ainda em 2022.

Mas ainda é necessário que a Capes, que responde por 75% das bolsas de mestrado e doutorado do país, e o CNPq, que responde por mais 13%, promovam o reajuste imediato das bolsas. Esta ação significa valorizar os pesquisadores e a ciência brasileira.

É preciso reforçar que hoje o Brasil destina cerca de 1% do PIB (Produto Interno Bruto) para ciência e tecnologia, quando deveria ser pelo menos o dobro. O reflexo da falta de investimento vai além da bolsa de pós-graduação, a infraestrutura dos laboratórios e o quadro de funcionários que atuam na pesquisa nas diversas áreas do conhecimento estão defasados.

O futuro da pós-graduação é a base para a geração de conhecimento, desenvolvimento tecnológico e inovação. A Ciência é o motor para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país. Para se ter soberania, a Ciência e a Tecnologia precisam estar no centro da estratégia de desenvolvimento. Mas, infelizmente, seguimos na contramão desta tendência mundial.

